



**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE  
PORTO VELHO - IPAM-SCL**

Av. Carlos Gomes, 1645 - Bairro São Cristóvão - CEP 76804085 - Porto Velho - RO -  
<https://ipam.portovelho.ro.gov.br>

Aviso de Licitação Nº 5 - IPAM-SCL

**AVISO DE LICITAÇÃO**

**Nº 02/2026 - IPAM-GAB/IPAM-SCL**

**PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO - LICITAÇÃO N. 90001/2026 – MENOR PREÇO POR LOTE.**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011.001665/2026-5.**

**OBJETO:** Republicação de Edital Do Processo nº 011.000362/2026-19 - Aquisição de Material de Consumo (Expediente, EPI/Saneamento Antisséptico, Tonner, Manutenção e Tecnologia e Periféricos), com vista a atender as necessidades do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho, para os itens que resultaram FRACASSADOS do Pregão Eletrônico Nº 90000/2026.

**VALOR ESTIMADO:** R\$ 81.795,04 (oitenta e um mil setecentos e noventa e cinco reais e quatro centavos).

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:** 09 de junho de 2026.

**HORA DA ABERTURA:** 10h00 (Horário de Brasília).

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**UASG:** 927154 – Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM.

**LIMITE PARA ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES AO EDITAL:** Até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura do certame.

**MODO DE DISPUTA:** ABERTO.

**DISPONIBILIDADE DO EDITAL:** O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada somente nos endereços eletrônicos: [www.ipam.ro.gov.br](http://www.ipam.ro.gov.br) e <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

Porto Velho, 20 de maio de 2026.

**Daniel Orlando Dantas da Silva**

Pregoeiro



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Orlando Dantas da Silva, Agente**, em 20/05/2026, às 15:00, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0928720** e o código CRC **1B1181D8**.





INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO  
Av. Carlos Gomes, 1645 - Bairro São Cristóvão - CEP 76804085 - Porto Velho - RO

### EDITAL DE LICITAÇÃO

#### PREGÃO ELETRÔNICO – LICITAÇÃO N. 90001/2026

**OBJETO:** Republicação de **Edital Do Processo nº 011.000362/2026-19 - Aquisição de Material de Consumo (Expediente, EPI/Saneamento Antisséptico, Tonner, Manutenção e Tecnologia e Periféricos)**, com vista a atender as necessidades do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho, para os itens que resultaram **FRACASSADOS** do Pregão Eletrônico N° 90000/2026.

#### VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

**R\$ 81.795,04 (oitenta e um mil setecentos e noventa e cinco reais e quatro centavos).**

#### DATA DA SESSÃO PÚBLICA

**09/06/2026 às 10h (horário de Brasília)**

**LINK:** <https://www.gov.br/compras/pt-br>

**CONTRATANTE:** UASG 927154

<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO:</b> <b>MENOR PREÇO POR LOTE</b>	<b>FORMA DE ADJUDICAÇÃO:</b> <b>POR LOTE</b>	<b>FORMA DE FORNECIMENTO:</b> <b>ÚNICO</b>
<b>MODO DE DISPUTA:</b> <b>ABERTO</b>	<b>INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES:</b> <b>R\$ 0,01</b>	<b>PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:</b> <b>SIM</b>

**DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:**

O Pregão será realizado em sessão pública online, por meio do site <http://gov.br/compras/pt-br/>, utilizando recursos de tecnologia da informação. Todos os horários indicados no Edital, no aviso e durante a sessão pública seguirão o horário de Brasília/DF, para contagem de tempo e registro no Sistema Eletrônico, referido doravante como Sistema, e na documentação do certame.

**MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO E CONSULTA DO EDITAL:**

O edital pode ser obtido gratuitamente nos **sites** [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/) e <https://ipam.portovelho.ro.gov.br/> - Consulta de Licitações. Toda comunicação com o Pregoeiro será realizada por meio eletrônico, utilizando o e-mail **spl@ipam.ro.gov.br** ou, durante a sessão pública de disputa, através do chat do Sistema Eletrônico – Comprasnet. Não serão fornecidas informações por telefone ou outros endereços eletrônicos não mencionados neste Edital.

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011.001665/2026-59**

Torna-se público que o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM, por meio do Setor de Compras e Licitações, sediado Endereço: Av. Carlos Gomes, nº 1645 – Bairro São Cristovão - CEP 76.804-085- Porto Velho – Rondônia , realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Municipal nº 18.892 de 30 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

## 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é **Aquisição de Material de Consumo (Expediente, Saneamento Antisséptico, Toner, Manutenção, Conservação, Tecnologia e Periféricos)**, com vista a atender as necessidades do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho IPAM, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital - Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

**1.3. Das especificações técnicas/quantidades do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 1.1 e seus subitens do Anexo I - Termo de Referência.

1.4. A licitação será dividida em lotes, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

## 2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.2. Os interessados deverão estar com seu credenciamento regular no SICAF no momento do envio de suas propostas, sendo de sua responsabilidade manter as condições de habilitação atualizadas durante todo o certame.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

### 2.6. Da participação das MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADA.

2.6.1. Considerando que o valor estimado para cada lote desta licitação é inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação neste certame é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, bem como às sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, ao agricultor familiar, ao produtor

rural pessoa física e ao microempreendedor individual - MEI, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 conjugado com o art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

2.6.2. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações deverão atender rigorosamente às regras de identificação, aos atos e à manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

## **2.7. Não poderão disputar esta licitação:**

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.7.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.7.4. autor do Termo de Referência, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do Termo de Referência ou empresa da qual o autor seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.9. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.9. O impedimento de que trata o item 2.7.6. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.10. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.4. e 2.7.5. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.11. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

### 3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do objeto, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.3, 4.4 e 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.



- 4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.
- 4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;
  - 4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 4.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. valor unitário e total;
  - 5.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência; indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de entregar o objeto licitado nos seus termos e qualidades adequadas.

5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

5.7. Sendo o critério de julgamento o de **MENOR PREÇO POR LOTE**, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

## 6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do **ITEM**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 0,01 (um centavo)**;

6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "**ABERTO**", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**6.17. Do benefício às MICROEMPRESAS e às empresas de PEQUENO PORTE;**

6.17.1. Para todos os efeitos, aplicam-se à presente licitação todos os direitos assegurados às micro e pequenas empresas na Lei Complementar n. 123/2006.

6.17.2. A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite para fins de habilitação.

6.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, e art. 28 do DECRETO Nº 18.892, DE 30 DE MARÇO DE 2023 que regulamenta a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Município de Porto Velho e dá outras providências nesta ordem:

6.18.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

6.18.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

6.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2. Empresas brasileiras;

6.19.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.20. Se o empate persistir serão utilizados os critérios de desempates da Instrução Normativa (IN) nº 79, de 12 de setembro de 2024.

6.20.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o caput.

6.20.2. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o caput, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.21. Na hipótese do "sorteio" a sessão pública será efetuada de forma eletrônica/virtual, com transmissão ao vivo, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial indicado pelo INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM, sendo observado os procedimentos, a saber:

- a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site Sorteador.com.br! (ou outro compatível);
- b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem;
- c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;
- d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM;
- e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais indicados pelo IPAM ou no Youtube ou outra plataforma de streaming; os endereços serão informados no chat pelo Agente de Contratação/Pregoeiro(a).
- f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

7.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Considerando tratar-se de licitação com participação exclusiva para ME/EPP/Equiparadas, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar efetivamente faz jus ao benefício aplicado e não ultrapassou o limite de faturamento anual.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

**7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:**

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, serão consideradas com indício de inexequibilidade as propostas cujo Valor Global do Lote **for inferior a 50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração.

7.8. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.8.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.8.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do material ou de área especializada no objeto.

7.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

7.12. A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério do Pregoeiro que comunicará aos Licitantes através do sistema eletrônico.

## 8. DA PROPOSTA FINAL ATUALIZADA

8.1. O Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.1.1. Deverá **ANEXAR** sua proposta de preços no sistema eletrônico, contendo:

- a) Número do item;
- b) Quantidade / Unidade;
- c) Descrição detalhada do objeto; (especificação do produto ofertado) ;
- d) Marca/Modelo/Versão/Classificação;
- e) Valor Unitário e Valor Total por item.

8.1.2. INDICAÇÃO EXPRESSA DA MARCA, MODELO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA, BEM COMO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA NÃO INFERIOR À 90 (NOVENTA) DIAS.

8.1.3. O prazo de envio poderá ser prorrogado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do Pregoeiro, ambas as opções devidamente justificadas.

8.1.4. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no item 8.1, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

8.2. A proposta enviada via sistema, após convocação do Agente de Contratação/Pregoeiro(a), deverá obedecer às condições previstas no item 5 e subitens deste Edital.

8.2.1. O ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA, E SEUS ANEXOS (QUANDO SOLICITADO), DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRAS.GOV, em formato eletrônico compatível (preferencialmente em PDF para a via assinada, acompanhada da respectiva planilha em Excel/editável).

8.3. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico.

8.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.5. Havendo necessidade, o Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.6. Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o Agente de Contratação/Pregoeiro(a), poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS.

8.7. Caso atendidas as condições da proposta de preços, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.8. Conforme previsão do artigo 63, inciso II da Lei 14.133/21, será exigida a **apresentação dos documentos de habilitação apenas do licitante vencedor**.

## 9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



- 9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
- 9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 9.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 9.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 9.8.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 9.9. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **2 (DUAS) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro.
- 9.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.11. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em **até 2 (DUAS) horas**, para:
- 9.11.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;
- 9.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- 9.11.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.11.4. suprimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.12. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.13. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.14. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.15. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.16. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## 10. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1. Após a homologação e adjudicação, a contratação será formalizada mediante a emissão de instrumento substitutivo ao contrato (Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento), nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **3 (três) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para aceitar/retirar o instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para aceitar/retirar o instrumento equivalente, a Administração poderá:

- a) encaminhá-lo, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja aceito/retirado o instrumento equivalente no prazo de **3 (três) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento;
- b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja aceito/retirado digitalmente em até **3 (três) dias úteis**; ou
- c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **3 (três) dias úteis** para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula, para todos os fins, à sua proposta, às previsões contidas neste Edital e em seus Anexos, **bem como às manifestações técnicas e jurídicas que instruem o processo administrativo, nos termos dos arts. 18 e 92 da Lei nº 14.133/2021;**

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na aceitação do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação.

## 11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

- 11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 11.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

## 12. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

12.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4. apresentar proposta em desacordo com as especificações do edital.

12.1.3. não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.4. recusar-se, sem justificativa, a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.6. fraudar a licitação;

12.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento.

12.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.4.1. Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

12.4.2. Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7, 12.1.8 e 12.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3 e 12.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 12.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

12.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

### 13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, via sistema (Portal de Compras do Governo Federal). Excepcionalmente, em caso de indisponibilidade comprovada do sistema, poderão ser encaminhados para o e-mail: scl@ipam.ro.gov.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação contra o Edital, será definida e publicada nova data para a realização do certame **somente quando a alteração afetar inequivocamente a formulação das propostas**, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

#### 14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

14.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e as de seus anexos, prevalecerão as do Edital, **exceto quanto às especificações técnicas do objeto e condições de entrega, hipótese em que prevalecerá o Termo de Referência.**

14.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://ipam.portovelho.ro.gov.br/>.

14.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

14.11.1. Anexo I - Termo de Referência;

14.11.1.1. Anexo I do Termo de Referência - Regras aplicáveis ao Instrumento Substitutivo.

14.11.1.2. Anexo II do Termo de Referência - Termo De Ciência E Concordância.

**Porto Velho, 20 de maio de 2026.**

**DANIEL ORLANDO DANTAS DA SILVA**

**PREGOEIRO/IPAM**



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Orlando Dantas da Silva, Agente**, em 20/05/2026, às 15:02, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0928686** e o código CRC **89367F4D**.







## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PORTO VELHO - IPAM-SCL

Av. Carlos Gomes, 1645 - Bairro São Cristóvão - CEP 76804085 - Porto Velho - RO - <https://ipam.portovelho.ro.gov.br>

Termo Nº 62 - IPAM-SCL

### TERMO DE REFERÊNCIA Nº 11/2026/SCL-IPAM - RETIFICADO

Processo Administrativo nº 011.001665/2026-59

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de Material de Consumo (Expediente, EPI/Saneamento Antisséptico, Tonner, Manutenção e Tecnologia e Periféricos), com vista a atender as necessidades do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho, para os itens que resultaram FRACASSADOS do Pregão Eletrônico Nº 90000/2026.

LOTE 1 - MATERIAL DE EXPEDIENTE						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QTD.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
1	ALFINETES COLORIDOS – para quadro mural feltro, material: PS, aço-carbono, tipo cabeça redonda 8cm, cores sortidas. Contendo 50 unidades.	316632	Pacote	05	R\$ 7,99	R\$ 39,95
2	APAGADOR QUADRO BRANCO – material plástico, com almofada de feltro de 2 mm de espessura, dimensões do produto: Tamanho 14,2 x 5 x 2,7 mm. Possui base magnética para fixação.	411136	Unidade	10	R\$ 10,80	R\$ 108,00
3	CAIXA CORRESPONDÊNCIA ORGANIZADOR – tripla móvel, material acrílico, cor fumê ou cristal, dimensões do produto 18.4cm x 26.66cm x 51.5cm, tamanho dos compartimentos A4.	336463	Unidade	10	R\$ 90,30	R\$ 903,00
4	CANETA ESFEROGRÁFICA COR PRETA – escrita fina 0.8mm, uniforme sem falhas, corpo em plástico poliestireno transparente em formato sextavado com orifício respirador ponta de aço inox com esfera de tungstênio, produto com registro no INMETRO. Caixa c/50 unidades.	317865	Caixa	01	R\$ 55,00	R\$ 55,00
5	COLA BRANCA – em frasco plástico de 90 gramas, com bico economizador, líquida, viscosa, constituída de resina sintética em emulsão aquosa, com boa adesividade, lavável, atóxica, secagem rápida, homogênea, não podendo manchar a região onde é aplicada, para uso em papel, cerâmica, tecido, artesanato e etc.	335527	Unidade	05	R\$ 6,97	R\$ 34,85
6	COLCHETE – para encadernação nº 15, latonado, haste dupla e flexível, caixa com 72 unidades.	309213	Caixa	50	R\$ 15,97	R\$ 798,50
7	COPO DESCARTÁVEL – material oxibiodegradável, capacidade de 200ml, atóxico e biodegradável. Caixa com 25 pacotes de 100 unidades.	435019	Caixa	100	R\$ 145,00	R\$ 14.500,00

8	<b>COPO DESCARTÁVEL (CAFÉ)</b> – material oxibiodegradável, capacidade de 80ml, atóxico e biodegradável. Caixa com 50 pacotes de 100 unidades.	312075	Caixa	20	R\$ 129,89	R\$ 2.597,80
9	<b>EXTRATOR DE GRAMPO</b> – aço galvanizado, espátula, 150 mm, 15 mm.	429829	Unidade	10	R\$ 4,82	R\$ 48,20
10	<b>FITA ADESIVA</b> – transparente, material de polipropileno, 45 mm x 30 m	356367	Unidade	30	R\$ 6,17	R\$ 185,10
11	<b>GRAMPEADOR DE MESA UNIVERSAL</b> – Corpo em plástico resistente e barra 100% em metal, Tamanho: (LxAxC) 40 mm x 68 mm x 138 mm, grampeia até 25 folhas, capacidade de trilho: 100 grampos 24/6 – 140 grampos 26/6.	405907	Unidade	20	R\$ 44,26	R\$ 885,20
12	<b>GRAMPO PARA GRAMPEADOR</b> – galvanizado, 26/6, cobreado, 13x6mm, caixa com 5000 grampos.	425226	Caixa	15	R\$ 8,79	R\$ 131,85
13	<b>MARCADOR PARA QUADRO BRANCO</b> – ponta redonda de acrílico 4.0mm, recarregável, espessura da escrita: 2,0 mm., cor azul. Caixa com 12 (doze) unidades.	345817	Caixa	01	R\$ 87,57	R\$ 87,57
14	<b>MARCADOR PARA QUADRO BRANCO</b> – ponta redonda de acrílico 4.0mm, recarregável, espessura da escrita: 2,0 mm., cor preta. Caixa com 12 (doze) unidades.	345819	Caixa	01	R\$ 98,31	R\$ 98,31
15	<b>MARCADOR PARA QUADRO BRANCO</b> – ponta redonda de acrílico 4.0mm, recarregável, espessura da escrita: 2,0 mm., cor vermelha. Caixa com 12 (doze) unidades.	345820	Caixa	01	R\$ 97,76	R\$ 97,76
16	<b>ORGANIZADOR DE DOCUMENTOS</b> – material acrílico, vertical, cor fumê ou cristal, 3 compartimentos escalonados, dimensões do produto 11,5P x 23,3L x 33,5A centímetros, tipo de prateleira, tamanho dos compartimentos A4.	610145	Unidade	05	R\$ 75,96	R\$ 379,80
17	<b>PAPEL A4 SULFITE</b> – caixa com 10 unidades (resmas), 500 folhas cada, 75 g/m², branco, 210mmx297mm.	481277	Caixa	100	R\$ 344,36	R\$ 34.436,00
18	<b>PASTA ABA ELÁSTICO OFÍCIO</b> – em polipropileno, 0,35 mm, transparente	316318	Unidade	30	R\$ 4,00	R\$ 120,00
19	<b>PASTA PLÁSTICA</b> – com grampo e trilho, polipropileno, formato ofício 240 mm x 330 mm, cor cristal, pacote com 10 unidades.	421256	Pacote	10	R\$ 40,55	R\$ 405,50
20	<b>RÉGUA</b> – em acrílico cristal de 3 mm, 30 cm, borda chanfrada.	394469	Unidade	10	R\$ 3,27	R\$ 32,70
21	<b>BOBINA DE PAPEL</b> – para Impressora Térmica, tamanho 80Mm X 40M, compatível com a Impressora Epson TMT20X, modelo M352a, catmat: 461601.	461601	Unidade	96	R\$ 7,70	R\$ 739,20
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE 1:</b>						R\$ 56.684,29
<b>LOTE 2 - SANEAMENTO ANTISSEPTICO</b>						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QTD.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO
01	<b>ÁLCOOL ETÍLICO LÍQUIDO 46,2% INPM (equivalente a 54°GL)</b> – Produto com ação antisséptica, contendo álcool etílico hidratado desnaturado, com teor alcoólico de até 54°GL à 20°C, correspondente a aproximadamente 46,2% INPM, conforme limites estabelecidos na RDC nº 691/2022 da ANVISA. Apresentado na forma líquida, em frasco de 1.000 ml, com tampa de segurança e lacre de inviolabilidade. O produto deverá estar devidamente registrado na ANVISA e conforme as Portarias Inmetro nº 269 e nº 270, de 05 de agosto de 2008, atendendo aos requisitos de rotulagem, acondicionamento e segurança, inclusive quanto à adição de desnaturante para impedir o uso indevido. O prazo de validade mínimo deverá ser de 12 (doze) meses a contar da data da entrega. Embalagem secundária: caixa contendo 12 unidades.	481012	Caixa	10	R\$ 114,48	R\$ 1.144,80
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE 2:</b>						R\$ 1.144,80
<b>LOTE 3 - MATERIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO</b>						

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<b>CESTO PARA LIXO</b> – telado em material plástico liso, resistente, formato cilíndrico, com capacidade para 10 litros.	289422	Unidade	20	R\$ 8,28	R\$ 165,60
02	<b>DISPENSER PARA COPOS DESCARTÁVEIS</b> – em acrílico de alta resistência, 180ml e 200ml. Quantidade máxima de copos suportada: 150, Altura: 47 cm, Diâmetro: 7 cm, Peso: 200 g, Materiais: Buchas e parafusos.	294608	Unidade	05	R\$ 54,61	R\$ 273,05
03	<b>EXTENSÃO FIO PARALELO</b> – 10 metros, 4 tomadas 2x2.5mm (reforçada 20a) em filamentos, plug macho reforçado 2 polos 10a, fêmea reforçada 10a 20a, capacidade tomada 127v 1000w e 220v 1900w. Cor branco.	485549	Unidade	2	R\$ 78,50	R\$ 157,00
04	<b>FILTRO DE LINHA</b> – características mínimas: contenha seis tomadas de 3 (três) pinos no novo padrão ABNT NBR 14136, chave on/off, corrente máxima do conjunto: 10a, tensão de entrada e saída: 110/220v (bivolt), cabo: 2p t plug, comprimento mínimo do cabo: 2 m, indicador luminoso de funcionamento, frequência de entrada: 50/60hz, fusível 10.a para proteção contra picos de energia, gabinete anti-chamas, cor preta. Cabo certificado pelo INMETRO.	628053	Unidade	10	R\$ 74,66	R\$ 746,60
05	<b>FILTRO PARA BEBEDOURO INDUSTRIAL ORIGINAL</b> – refil 300 litros/h, compatível com bebedouros industriais da marca BELFRIO. Fabricado em material atóxico, de fácil instalação e substituição, adequado para uso contínuo em ambientes coletivos. Marca proposta: IGUATU 888, ou equivalente em qualidade e desempenho.	624435	Unidade	20	R\$ 251,33	R\$ 5.026,60
06	<b>LÂMPADA LED – a60, potência: 15w</b> , bivolt, tipo de soquete: e27; cor da luz: branca; frequência: 50/60hz; fluxo luminoso: mín. 800 lm; temperatura da cor: 6500k.	469642	Unidade	150	R\$ 7,34	R\$ 1.101,00
07	<b>LÂMPADA LED – a60, potência: 50w</b> , bivolt, tipo de soquete: e27; cor da luz: branca; frequência: 50/60hz; fluxo luminoso: mín. 800 lm; temperatura da cor: 6500k.	392143	Unidade	50	R\$ 46,09	R\$ 2.304,50
08	<b>LIXEIRA</b> – plástica quadrada, capacidade 100 litros, com tampa vai-vem, cor azul, mecanismo de abertura: tampa giratória (basculante) acompanha 4 (quatro) guinchos plásticos para fixação do saco de lixo, Material: Polipropileno.	622324	Unidade	10	R\$ 134,02	R\$ 1.340,20
09	<b>PILHA ALCALINA AA</b> – na voltagem de 1,5v, no tamanho pequeno (aa), com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses, conforme resolução do conama 401 04/11/2008, norma ABNT e 11175/90. Pacote com 02 unidades.	419859	Pacote	10	R\$ 6,80	R\$ 68,00
10	<b>PILHA PALITO ALCALINA AAA</b> – na voltagem de 1,5v, no tamanho palito (aaa), com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses, conforme resolução do conama 401 04/11/2008, norma ABNT e 11175/90. Pacote com 02 unidades.	319796	Pacote	50	R\$ 9,95	R\$ 497,50
11	<b>REFIL FILTRO PARA BEBEDOUROS INDUSTRIAIS FILTRAGEM</b> – composição básica: polipropileno (atóxico), vazão nominal: 300 litros/hora, vazão máxima recomendada: 300 litros/hora, pressão de operação máx.: 600 kpa mín.: 29 kpa, diâmetro 114 mm, altura 286 mm, peso 0,944 kg, modelos equivalentes linha 230, wp230, ap230, desempenho: retenção de partículas: classe c (= 5 a 15 m), redução de cloro livre: = 75%, eficiência bacteriológica: não se aplica, vida útil: 6000 litros ou seis meses que poderão variar de acordo com a qualidade da água e a frequência de uso, compatível com bebedouros industriais da marca BELFRIO. Marca proposta: IGUATU 888, ou equivalente em qualidade e desempenho.	622901	Unidade	48	R\$ 155,00	R\$ 7.440,00
12	<b>SACO DE LIXO</b> – reforçado, capacidade 100 litros / 20 kg, cor preta, pacote com 50 unidades, dimensões: 75 x 90 x 0,06.	394463	Pacote	5	R\$ 67,36	R\$ 336,80
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE 3:</b>						R\$ 19.456,85

LOTE 4 - MATERIAL PERMANENTE						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	QUADRO BRANCO – com superfície branca melamínica com moldura de alumínio, acompanha itens (bucha e parafuso) para fixação, suporte para apagador, dimensões: 120x90cm.	349452	Unidade	10	R\$ 271,03	R\$ 2.710,30
02	QUADRO DE AVISOS MURAL – em feltro azul, fundo em MDF e com moldura em alumínio brilho, medida: 90 X 120.	613769	Unidade	05	R\$ 359,76	R\$ 1.798,80
VALOR TOTAL ESTIMADO LOTE 4:						R\$ 4.509,10
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 81.795,04 (oitenta e um mil setecentos e noventa e cinco reais e quatro centavos).						

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **COMUNS**, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra na classificação de bem de luxo, conforme disposto no Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, tratando-se de itens estritamente necessários ao funcionamento da máquina administrativa e à prestação de serviços públicos.

1.4. A execução do objeto dar-se-á mediante **entrega única e integral**, em consonância com a **Nota Técnica nº 001/2026/DSGP** (ID 0532683), a qual atesta que a redução dos quantitativos demandados compatibilizou o volume físico da aquisição com a capacidade de armazenamento do Almoxarifado desta Autarquia, garantindo a economicidade logística e afastando riscos de perecimento ou estocagem inadequada.

1.5. Por se tratar de aquisição com entrega única, não haverá previsão de prorrogação da vigência, salvo motivo superveniente devidamente justificado e aceito pela Administração, conforme o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.6. O contrato, ou outro instrumento hábil que o substitua, terá **vigência de até 90 (noventa) dias**, contados da data de sua assinatura, prazo esse suficiente para a entrega única dos bens, conferência, recebimento definitivo, adimplemento das obrigações contratuais.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação tem por finalidade a aquisição integral para recomposição de estoque de materiais de consumo essenciais, indispensáveis à manutenção das rotinas administrativas e operacionais do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM.

2.2. A aquisição justifica-se pela necessidade de garantir a infraestrutura básica para o desempenho das atribuições funcionais dos servidores e o atendimento aos segurados, uma vez que a ausência desses insumos comprometeria a eficiência, a celeridade e a continuidade dos serviços públicos prestados por esta Autarquia, ferindo o princípio da continuidade do serviço público.

2.3. O dimensionamento dos quantitativos e a definição dos itens foram realizados com base na **Nota Técnica nº 001/2026/DSGP** (ID 0532683), a qual procedeu à revisão crítica do planejamento inicial, utilizando-se como parâmetro o consumo histórico consolidado, a capacidade instalada e o inventário físico do exercício de 2025. Tal revisão resultou na racionalização da demanda e na adequação do volume de aquisição à capacidade logística de armazenamento do órgão, assegurando a vantajosidade econômica e a eficiência no gasto público, em estrita observância ao art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

2.4. A escolha pela aquisição de itens de categorias distintas (expediente, saneantes e tecnologia) no mesmo certame, agrupados por lotes de afinidade, fundamenta-se na busca pela padronização e na economia processual, permitindo o abastecimento integral das necessidades de custeio do IPAM mediante um único fluxo logístico de entrega, otimizando a gestão contratual e o recebimento dos materiais.

2.5. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) **PCA - PNCP: 34481804000171-0-000001/2026 1.**

II) **Data de publicação no PNCP: 14/10/2024**

a. Material de Expediente: Itens 180, 181, 185, 188, 194, 196 a 198, 200, 201, 203, 204, 206 a 208, 210, 212, 213, 218 a 222 (Classes 7510 e 7520 – artigos e acessórios para escritório; 9310 – papel).

b. Saneamento Antisséptico: Item 223 (Classes 6810 – Produtos Químicos).

c. Material de Manutenção: Itens 227, 229, 230 a 240 (Classes 6135 e 6240 – baterias e lâmpadas e Classes 6150 e 5915 – Equipamentos diversos para geração e distribuição de energia e Filtros e redes.)

### 3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A solução da contratação consubstancia-se no fornecimento de materiais de consumo administrativo (expediente, higiene e tecnologia), cuja especificação técnica foi definida de modo a assegurar a qualidade, a durabilidade e a eficiência operacional, rejeitando-se produtos de qualidade inferior que possam comprometer a rotina administrativa ou gerar descartes prematuros, em observância ao princípio da sustentabilidade e do ciclo de vida útil do objeto.

#### **3.2. Justificativa para alocação dos itens em lotes:**

3.2.1 Em atendimento ao princípio do parcelamento (art. 40, inciso V, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021) e às recomendações de governança (Mapa de Riscos), a Administração **não adotou lote único global**. O objeto foi segmentado em **05 (cinco) lotes distintos e homogêneos**, agrupados estritamente pela afinidade de

mercado e natureza dos produtos (Expediente, Saneantes, Tecnologia e Manutenção).

3.2.2 O parcelamento do objeto foi realizado mediante o agrupamento de itens em lotes distintos, organizados por afinidade mercadológica e natureza de desempenho, conforme facultado pelo art. 40, § 2º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Essa estratégia visa ampliar a competitividade, permitindo a participação de empresas especializadas em cada nicho de mercado, afastando a restrição que ocorreria caso itens heterogêneos fossem aglutinados em um único grupo.

3.2.3 A decisão pelo agrupamento de itens por lote encontra respaldo no art. 40, § 3º da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a adoção desse critério desde que devidamente motivada. Trata-se de medida que visa, sobretudo, evitar a pulverização excessiva de contratos, a perda de economia de escala e a ineficiência na gestão contratual, o que poderia comprometer a celeridade processual e dificultar o controle e a fiscalização da execução contratual.

3.2.4 Do ponto de vista econômico, a contratação por lote permite ganhos de escala e melhores condições comerciais, com potenciais descontos sobre volumes maiores de fornecimento, tornando a proposta global mais vantajosa à Administração. Também se considera que a formação dos lotes foi realizada com base na homogeneidade dos itens, agrupando materiais de natureza e finalidades semelhantes, que podem ser atendidos por um mesmo fornecedor, conforme orientação da Súmula nº 8 do TCE/RO.

3.2.5 Ademais, a metodologia adotada observou rigorosamente as condições previstas na referida súmula, a saber:

- **Formação de lotes com itens homogêneos**, passíveis de fornecimento conjunto por um único fornecedor;
- **Previsão de quantidades adequadas**, com base em histórico de consumo e em estimativas realistas de necessidade;
- **Realização de pesquisa ampla e atual de preços de mercado**;
- **Adoção de critérios objetivos de julgamento**, com base no menor preço global por lote, respeitando os valores unitários de mercado e estimativas de consumo.

3.2.6 Nesse contexto, conclui-se que a adjudicação por lote representa a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, pois garante maior eficiência na gestão, melhor acompanhamento da execução contratual e menor risco de falhas operacionais.

### **3.3. Da Justificativa pela Não Adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP):**

3.3.1. Em atenção à recomendação jurídica, a Administração avaliou a pertinência da adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) e concluiu pela sua inadequação técnica para o presente caso, fundamentando-se na definição legal e nos princípios da Lei nº 14.133/2021:

- a) **Incompatibilidade com a Natureza da Demanda (Art. 6º, XLV):** O art. 6º, inciso XLV, da Lei nº 14.133/2021 define o SRP como procedimento voltado para "contratações futuras". No caso em tela, a necessidade administrativa é atual, concreta e imediata, decorrente de déficit de estoque já apurado em inventário físico (Nota Técnica nº 001/2026/DSGP). Tratando-se de demanda represada que exige abastecimento pronto e integral, a licitação convencional é a modalidade legalmente adequada, não havendo incerteza futura que justifique o registro de preços.

b) **Inaplicabilidade da Entrega Parcelada:** O SRP é recomendável quando é conveniente a entrega parcelada mediante solicitações reiteradas. No presente objeto, a Administração optou motivadamente pela **Entrega Única**, visando à economia de escala logística (frete único) e à redução do preço final, o que descaracteriza a necessidade de uma Ata de Registro de Preços para pedidos fracionados.

### 3.4. Da Garantia de Qualidade e Validade (Ciclo de Vida)

3.4.1 Considerando a modalidade de entrega única e a necessidade de assegurar o consumo integral dos produtos ao longo do exercício sem perda de eficácia, fica estabelecida a exigência de Prazo de Validade Remanescente Mínimo no ato do recebimento:

a) Para itens perecíveis, químicos, saneantes (álcool, detergentes, etc.) e suprimentos de impressão (toners): Os produtos deverão apresentar, na data da entrega, prazo de validade não inferior a 12 (doze) meses, ou, alternativamente, possuir 80% (oitenta por cento) de sua vida útil total preservada, contados a partir da data de fabricação.

b) Materiais como canetas esferográficas, marcadores e colas deverão apresentar plenas condições de uso, sem sinais de ressecamento ou falha de tinteiro, sob pena de rejeição imediata.

3.4.2 A Contratada responsabiliza-se integralmente pela qualidade dos produtos entregues, obrigando-se a substituir, no prazo fixado neste Termo, qualquer item que apresente vício oculto, defeito de fabricação ou deterioração anterior ao término de sua validade, independentemente de o recebimento definitivo já ter sido efetuado.

3.5. Considerando o ciclo de vida do objeto, a escolha dos itens pautou-se em critérios de padronização, eficiência no consumo, menor frequência de reposição e uso racional dos insumos. Espera-se que os materiais adquiridos apresentem desempenho satisfatório durante sua utilização, sem necessidade de substituições imediatas por defeitos de fabricação ou má qualidade.

3.6. A especificação dos produtos está detalhada no quadro constante deste Termo de Referência, observando-se nomenclatura usual, descrição clara e objetiva, unidade de fornecimento, código CATMAT, e demais critérios que permitam a identificação precisa dos itens pretendidos e a formulação de propostas compatíveis com o interesse público.

4.

## REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Priorizar materiais com menor impacto ambiental, tais como produtos reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, especialmente no caso de papéis, embalagens e utensílios de uso contínuo;

4.1.2 Evitar a aquisição de itens com excesso de embalagens plásticas ou materiais de difícil descarte, devendo-se preferir produtos com embalagens reduzidas, reutilizáveis ou recicláveis;

4.1.3 Adotar critérios de eficiência no uso e no consumo dos materiais, buscando evitar o desperdício, racionalizar o uso de recursos e reduzir a frequência de reposições, promovendo o uso responsável dos bens adquiridos.

4.1.4 No que tange a itens como álcool etílico, materiais de informática, cartuchos de toner, refis e congêneres, deverão ser observadas, além das normas sanitárias e técnicas aplicáveis, as diretrizes de sustentabilidade previstas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.1.5 Recomenda-se a aquisição de insumos com registro na ANVISA quando exigido, preferencialmente com certificação ambiental (ex.: selo INMETRO, ISO 14001 ou equivalente) e produtos que permitam reaproveitamento ou logística reversa.

4.1.6 No caso de toners e cartuchos, deve-se priorizar aqueles com refil recarregável, reciclado ou que possuam política de descarte responsável por parte do fornecedor, conforme previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.1.7 A adoção desses critérios visa mitigar impactos ambientais, reduzir a geração de resíduos e garantir conformidade com práticas sustentáveis no âmbito da Administração Pública.

#### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s): **refis de toner, cartuchos e demais insumos de informática** compatíveis exclusivamente com os equipamentos já existentes no âmbito do IPAM.

4.3. Essa indicação é tecnicamente justificada diante da necessidade de assegurar a compatibilidade com as impressoras e multifuncionais em uso, evitando riscos de danos aos equipamentos, perda de garantia, baixa qualidade de impressão, aumento no consumo de suprimentos ou interrupção na prestação dos serviços administrativos.

4.4. A padronização neste caso atende ao princípio da eficiência e da economicidade, conforme autorizado pelo art. 41, inciso I, alínea 'b' da Lei nº 14.133/2021, quando devidamente justificada.

#### **Da não exigência de amostra**

4.5. Nesta contratação, **não será exigida a apresentação de amostras pelos licitantes**, em razão da natureza do objeto, que consiste na aquisição de materiais de expediente de uso comum, amplamente disponíveis no mercado, com características padronizadas e especificações técnicas suficientemente claras para permitir a perfeita identificação dos itens durante a fase de julgamento das propostas.



4.6. A dispensa da exigência de amostra fundamenta-se no fato de que os bens solicitados são de fácil padronização, não exigem avaliação subjetiva quanto à qualidade ou adequação ao uso pretendido, e apresentam ampla oferta por diversos fabricantes e fornecedores no mercado nacional.

4.7. Ademais, as especificações contidas neste Termo de Referência são objetivas e suficientes para garantir a conformidade dos produtos com as necessidades da Administração, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa nos termos da Lei nº 14.133/2021.

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.8. Para os itens que demandem compatibilidade técnica com equipamentos específicos já existentes no IPAM, como refis, toners, cartuchos ou insumos de informática, **será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante**, exclusivamente quando o licitante for revendedor ou distribuidor.

4.9. A exigência visa assegurar a autenticidade do produto, a compatibilidade com os equipamentos utilizados pela Administração e a corresponsabilidade do fabricante quanto à qualidade do fornecimento.

4.10. Para os demais itens de expediente de uso comum, **não será exigida carta de solidariedade**, por se tratar de materiais padronizados, de ampla oferta no mercado e de fácil verificação da conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

#### **Subcontratação**

4.11. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **Garantia da contratação**

4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista que se trata de aquisição de bens padronizados, de pronta entrega e baixo risco para a Administração, sem complexidade operacional ou necessidade de investimentos prévios por parte do fornecedor.

4.13. A ausência de exigência de garantia está alinhada ao princípio da proporcionalidade, evitando-se imposições desnecessárias que possam restringir a competitividade ou onerar injustificadamente os licitantes, especialmente em contratações de fornecimento simples, como é o caso dos materiais de consumo de uso comum..

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Entrega**

- 5.1. O prazo de entrega dos bens será de **15 (quinze) dias corridos**, contados da assinatura do contrato ou do recebimento da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento, o que ocorrer primeiro, devendo ser realizada em **remessa única e integral**, conforme relação de itens e quantitativos especificada neste Termo de Referência.
- 5.2. Caso não seja possível realizar a entrega no prazo estabelecido, a contratada deverá comunicar, formalmente e com antecedência mínima de **3 (três) dias úteis**, as razões do impedimento, para que eventual prorrogação possa ser analisada e autorizada pela Administração, desde que devidamente justificada e aceita. Situações de caso fortuito ou força maior poderão ser consideradas, mediante comprovação documental, nos termos do Art. 137, § 2º, V da Lei nº 14.133/2021.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no **Almoxarifado do IPAM, situado na Av. Carlos Gomes, nº 1645, Bairro São Cristóvão, Porto Velho, Rondônia**, exclusivamente no horário compreendido entre 08:00h e 13:00h, em dias úteis, devendo o agendamento ser realizado com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas junto à unidade de fiscalização.
- 5.4. No ato da entrega, a Contratada deverá observar rigorosamente a validade dos produtos, assegurando que os itens perecíveis, químicos e saneantes possuam **validade remanescente mínima de 12 (doze) meses ou 80% (oitenta por cento) de sua vida útil total**, sob pena de recusa do recebimento. Garantia, manutenção e assistência técnica

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

- 5.5. Os bens adquiridos estarão cobertos, no mínimo, pela garantia legal prevista no art. 26 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), a contar do primeiro dia útil subsequente ao recebimento definitivo, sem prejuízo de garantias estendidas ofertadas pelo fabricante.
- 5.6. Durante o período de garantia, o fornecedor deverá providenciar, sem qualquer ônus para a Administração, a substituição dos itens que apresentarem vício, defeito, alteração de características, comprometendo-se a entregar produto novo, de primeiro uso, com as mesmas especificações técnicas e em perfeitas condições de utilização.
- 5.6.1 A substituição deverá ser efetivada no prazo máximo e improrrogável de **7 (sete) dias úteis**, contados a partir da notificação formal da Fiscalização.
- 5.7. Em razão da natureza do objeto composto por materiais de consumo de uso comum e padronizado não será exigida prestação de serviços de manutenção ou assistência técnica especializada, sendo responsabilidade da contratada o fornecimento de bens íntegros, funcionais e adequados ao uso, conforme descrições constantes no Termo de Referência.
- 5.8. O transporte dos produtos substituídos ou rejeitados será de inteira e exclusiva responsabilidade da contratada, não cabendo à Administração qualquer custo decorrente de logística reversa ou reenvio.

## **6.**

### **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

- 6.1. O contrato ou o instrumento hábil que o substitua (Nota de Empenho) deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Fiscalização**

- 6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

- 6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.7. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.8. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.9. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.10. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato o recebimento definitivo e a conclusão do objeto.

**Fiscalização Administrativa**

6.12. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.13. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.14. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.14.1 Conferência física e documental dos itens entregues no ato do recebimento, verificando estritamente a conformidade com as especificações do Termo de Referência, incluindo a aferição do prazo de validade remanescente dos itens perecíveis;

6.14.2 Registro de ocorrências relativas a atrasos, avarias, vícios, incompatibilidades ou produtos com prazo de validade inferior ao estipulado;

6.14.3 Comunicação formal à contratada sobre a necessidade de substituição de itens com defeito ou em desacordo com o contratado, dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência.

6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**Gestor do Contrato**

6.16. Cabe ao gestor do contrato:

6.16.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.16.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.16.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.16.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratados, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.16.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

#### **7.2.4 Multa:**

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, **de 0,3% (três décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida (ou do valor total do contrato, no caso de entrega única), limitado ao prazo máximo de 10 (dez) dias de incidência.

7.2.4.2. Moratória de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2% (dois por cento)**, pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.3. O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” **de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, **de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, **de 2% (dois por cento) a 8% (oito por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, **de 2% (dois por cento) a 10% (dez por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, **de 1% (um por cento) a 5%** (cinco por cento) do valor da contratação [ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nesta alínea:] que poderão ser tratadas com penalidade específica proporcional à gravidade do descumprimento:

7.2.4.9. Não apresentação tempestiva de documentos exigidos para formalização contratual, quando não implicar na impossibilidade de assinatura;

7.2.4.10. Falha em responder a solicitações da fiscalização contratual dentro dos prazos fixados;

7.2.4.11. Omissão na comunicação de fatos supervenientes que possam impactar a execução do contrato;

7.2.4.12. Outras obrigações acessórias cuja inobservância cause prejuízos administrativos, sem afetar diretamente o objeto principal da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.**

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

**Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência (especialmente quanto à marca, modelo e **prazo de validade** exigidos) e na proposta, devendo ser substituídos no prazo improrrogável de **7 (sete) dias úteis**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação minuciosa da qualidade, quantidade e conformidade técnica do material, e consequente aceitação mediante termo detalhado ou atesto na própria nota fiscal.

8.4. No recebimento definitivo será realizada a conferência quantitativa e qualitativa dos itens entregues, o registro e lavratura do termo de recebimento definitivo, e a verificação de eventuais vícios aparentes que ensejem substituição.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências complexas para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos termos do art. 140, § 6º da Lei nº 14.133/2021.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem (quando aplicável) correrão por conta do Contratado e são condição sine qua non para o recebimento do objeto.

### Liquidação

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, devidamente atestada pela fiscalização (Recebimento Definitivo), correrá o **prazo de 10 (dez) dias úteis** para fins de liquidação da despesa, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021 e das normas municipais vigentes.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1 o prazo de validade;

8.12.2 a data da emissão;

8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5 o valor a pagar; e

8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº

14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária. Forma de pagamento

8.22. Considerando a modalidade de execução por entrega única e integral, o pagamento será realizado em parcela única, correspondente à totalidade do valor contratado, condicionado ao recebimento definitivo de 100% (cem por cento) dos itens e à regularidade fiscal da Contratada, sendo vedado o pagamento antecipado ou fracionado.

8.23. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.24. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.25. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.26. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.27. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de Crédito**

8.28. **Fica vedada a cessão de créditos** decorrentes deste contrato, seja total ou parcial, a terceiros, inclusive instituições financeiras, exceto nos casos legalmente obrigatórios ou expressamente autorizados pela Administração mediante justificativa formal e celebração de termo aditivo específico.

8.29. Essa vedação visa assegurar o controle direto dos pagamentos, a rastreabilidade contratual e a preservação da relação jurídica com o contratado originalmente habilitado, em observância aos princípios da legalidade, segurança jurídica e eficiência administrativa.

#### **Reajuste**

8.30. Os preços são fixos e irredutíveis, dada a natureza de entrega imediata e o prazo de execução inferior a **12 (doze) meses**.

### **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, que culminará com a seleção da Proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

9.1.1. A presente contratação será realizada com **participação exclusiva** para Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e equiparadas, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006 c/c art. 4º da Lei nº 14.133/2021. A aplicação da referida cota exclusiva justifica-se por tratar-se de contratação cujo valor estimado por lote é inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), bem como por ser notória a existência de mais de 3 (três) fornecedores enquadrados nestas categorias no mercado local e regional capazes de fornecer os materiais de consumo demandados de forma competitiva.

**Critérios de aceitabilidade e exequibilidade**

9.2. O julgamento da proposta de preços darse-á pelo critério de **[MENOR PREÇO POR LOTE]** conforme inciso I, art. 33 da lei nº 14.133/2021, observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no edital.

9.2.1 Serão desclassificadas as propostas cujos preços unitários ou globais sejam superiores aos estimados pela Administração.

**Forma de fornecimento**

9.3. O fornecimento do objeto será **INTEGRAL (Entrega Única)**, devendo a Contratada entregar a totalidade dos itens adjudicados em uma única remessa, conforme condições estabelecidas no **item 5. Modelo de Execução do Objeto deste Termo de Referência**.

**Exigências de habilitação**

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

**Habilitação jurídica**

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

- 9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.25.1 no caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referenciais;

9.25.2 caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotes em que a empresa estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento à regra acima disposta;

9.25.3 As regras descritas nos itens 9.25.1 e 9.25.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação da empresa que já se consagrou classificada em outro item(ns)/lote(s).

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.27. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.29. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

9.30. Para fins de habilitação técnica, será exigida a apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o fornecimento pertinente e compatível com o objeto do lote, independentemente da complexidade ou do quantitativo, como forma de comprovar experiência mínima compatível.

9.31. A declaração deverá conter, no mínimo, a identificação do contratante (público ou privado), o tipo de materiais fornecidos e o período aproximado da entrega, não sendo necessária a apresentação de atestados ou contratos.

9.32. Será admitida a participação de empresas que ainda **não tenham histórico de fornecimento anterior, desde que declarem formalmente possuir capacidade técnica e operacional para o atendimento integral do objeto**, comprometendo-se com a entrega conforme as especificações constantes neste Termo de Referência.

9.33. Essa exigência está em conformidade com os princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.34. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.35. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para o aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.36. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.37. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.38. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 10.1. A estimativa prévia de valor da contratação foi realizada em conformidade art. 23, da Lei nº 14.133/2021;
- 10.2. Em conformidade com **PRÉVIA** pesquisa de preços realizado id. 0927005 e o valor estimado da contratação em **R\$ 81.795,04 (oitenta e um mil setecentos e noventa e cinco reais e quatro centavos)**, conforme custos unitários opostos na tabela contida no item 1.1.
- 10.3. Os valores estimados estão conforme Quadro Comparativo de Preços id. 0927005, datado em **PORTO VELHO 15 DE MAIO DE 2026**.

11. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no no orçamento do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM deste exercício, sendo rateadas entre o Fundo de Previdência Social e o Fundo de Assistência à Saúde. Essa distribuição será realizada de acordo com a tabela abaixo, e os valores específicos do rateio por fundo estão detalhados neste mesmo Termo de Referência, no item 1.1.

**11.2. QUANTIDADE POR FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**

QUANTIDADE POR FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL						
LOTE 1 - MATERIAL DE EXPEDIENTE						
ITE M	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QTD.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO
1	ALFINETES COLORIDOS – para quadro mural feltro, material: PS, aço-carbono, tipo cabeça redonda 8cm, cores sortidas. Contendo 50 unidades.	316632	Pacote	3	R\$ 7,99	R\$ 23,97
2	APAGADOR QUADRO BRANCO – material plástico, com almofada de feltro de 2 mm de espessura, dimensões do produto: Tamanho 14,2 x 5 x 2,7 mm. Possui base magnética para fixação.	411136	Unidade	5	R\$ 10,80	R\$ 54,00
3	CAIXA CORRESPONDÊNCIA ORGANIZADOR – tripla móvel, material acrílico, cor fumê ou cristal, dimensões do	336463	Unidade	5	R\$ 90,30	R\$ 451,50



	produto 18.4cm x 26.66cm x 51.5cm, tamanho dos compartimentos A4.					
4	<b>CANETA ESFEROGRÁFICA COR PRETA</b> – escrita fina 0.8mm, uniforme sem falhas, corpo em plástico poliestireno transparente em formato sextavado com orifício respirador ponta de aço inox com esfera de tungstênio, produto com registro no INMETRO. Caixa c/50 unidades.	317865	Caixa	1	R\$ 55,00	R\$ 55,00
5	<b>COLA BRANCA</b> – em frasco plástico de 90 gramas, com bico economizador, líquida, viscosa, constituída de resina sintética em emulsão aquosa, com boa adesividade, lavável, atóxica, secagem rápida, homogênea, não podendo manchar a região onde é aplicada, para uso em papel, cerâmica, tecido, artesanato e etc.	335527	Unidade	3	R\$ 6,97	R\$ 20,91
6	<b>COLCHETE</b> – para encadernação nº 15, latonado, haste dupla e flexível, caixa com 72 unidades.	309213	Caixa	25	R\$ 15,97	R\$ 399,25
7	<b>COPO DESCARTÁVEL</b> – material oxibiodegradável, capacidade de 200ml, atóxico e biodegradável. Caixa com 25 pacotes de 100 unidades.	435019	Caixa	50	R\$ 145,00	R\$ 7.250,00
8	<b>COPO DESCARTÁVEL (CAFÉ)</b> – material oxibiodegradável, capacidade de 80ml, atóxico e biodegradável. Caixa com 50 pacotes de 100 unidades.	312075	Caixa	10	R\$ 129,89	R\$ 1.298,90
9	<b>EXTRATOR DE GRAMPO</b> – aço galvanizado, espátula, 150 mm, 15 mm.	429829	Unidade	5	R\$ 4,82	R\$ 24,10
10	<b>FITA ADESIVA</b> – transparente, material de polipropileno, 45 mm x 30 m	356367	Unidade	15	R\$ 6,17	R\$ 92,55
11	<b>GRAMPEADOR DE MESA UNIVERSAL</b> – Corpo em plástico resistente e barra 100% em metal, Tamanho: (LxAxC) 40 mm x 68 mm x 138 mm, grampeia até 25 folhas, capacidade de trilho: 100 grampos 24/6 – 140 grampos 26/6.	405907	Unidade	10	R\$ 44,26	R\$ 442,60
12	<b>GRAMPO PARA GRAMPEADOR</b> – galvanizado, 26/6, cobreado, 13x6mm, caixa com 5000 grampos.	425226	Caixa	8	R\$ 8,79	R\$ 70,32
13	<b>MARCADOR PARA QUADRO BRANCO</b> – ponta redonda de acrílico 4.0mm, recarregável, espessura da escrita: 2,0 mm., cor azul. Caixa com 12 (doze) unidades.	345817	Caixa	1	R\$ 87,57	R\$ 87,57
14	<b>MARCADOR PARA QUADRO BRANCO</b> – ponta redonda de acrílico 4.0mm, recarregável, espessura da escrita: 2,0 mm., cor preta. Caixa com 12 (doze) unidades.	345819	Caixa	1	R\$ 98,31	R\$ 98,31
15	<b>MARCADOR PARA QUADRO BRANCO</b> – ponta redonda de acrílico 4.0mm, recarregável, espessura da escrita: 2,0 mm., cor vermelha. Caixa com 12 (doze) unidades.	345820	Caixa	1	R\$ 97,76	R\$ 97,76
16	<b>ORGANIZADOR DE DOCUMENTOS</b> – material acrílico, vertical, cor fumê ou cristal, 3 compartimentos escalonados, dimensões do produto 11,5P x 23,3L x 33,5A centímetros, tipo de prateleira, tamanho dos compartimentos A4.	610145	Unidade	3	R\$ 75,96	R\$ 227,88
17	<b>PAPEL A4 SULFITE</b> – caixa com 10 unidades (resmas), 500 folhas cada, 75 g/m², branco, 210mmx297mm.	481277	Caixa	50	R\$ 344,36	R\$ 17.218,00
18	<b>PASTA ABA ELÁSTICO OFÍCIO</b> – em polipropileno, 0,35 mm, transparente	316318	Unidade	15	R\$ 4,00	R\$ 60,00
19	<b>PASTA PLÁSTICA</b> – com grampo e trilho, polipropileno, formato ofício 240 mm x 330 mm, cor cristal, pacote com 10	421256	Pacote	5	R\$ 40,55	R\$ 202,75

	unidades.					
20	RÉGUA – em acrílico cristal de 3 mm, 30 cm, borda chanfrada.	394469	Unidade	5	R\$ 3,27	R\$ 16,35
<b>TOTAL PREVIDÊNCIA (LOTE 1)</b>		-	-	-	-	<b>R\$ 28.191,72</b>
<b>LOTE 2 - SANEAMENTO ANTISSEPTICO</b>						
ITE M	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QTD.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO
01	ÁLCOOL ETÍLICO LÍQUIDO 46,2% INPM (equivalente a 54°GL) – Produto com ação antisséptica, contendo álcool etílico hidratado desnaturado, com teor alcoólico de até 54°GL à 20°C, correspondente a aproximadamente 46,2% INPM, conforme limites estabelecidos na RDC nº 691/2022 da ANVISA. Apresentado na forma líquida, em frasco de 1.000 ml, com tampa de segurança e lacre de inviolabilidade. O produto deverá estar devidamente registrado na ANVISA e conforme as Portarias Inmetro nº 269 e nº 270, de 05 de agosto de 2008, atendendo aos requisitos de rotulagem, acondicionamento e segurança, inclusive quanto à adição de desnaturante para impedir o uso indevido. O prazo de validade mínimo deverá ser de 12 (doze) meses a contar da data da entrega. Embalagem secundária: caixa contendo 12 unidades.	445457	Caixa	5	R\$ 114,48	R\$ 572,40
<b>TOTAL PREVIDÊNCIA (LOTE 2)</b>		-	-	-	-	<b>R\$ 572,40</b>
<b>LOTE 3 - MATERIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO</b>						
ITE M	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QTD.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO
01	CESTO PARA LIXO – telado em material plástico liso, resistente, formato cilíndrico, com capacidade para 10 litros.	289422	Unidade	10	R\$ 8,28	R\$ 82,80
02	DISPENSER PARA COPOS DESCARTÁVEIS – em acrílico de alta resistência, 180ml e 200ml. Quantidade máxima de copos suportada: 150, Altura: 47 cm, Diâmetro: 7 cm, Peso: 200 g, Materiais: Buchas e parafusos.	294608	Unidade	3	R\$ 54,61	R\$ 163,83
03	EXTENSÃO FIO PARALELO – 10 metros, 4 tomadas 2x2.5mm (reforçada 20a) em filamentos, plug macho reforçado 2 polos 10a, fêmea reforçada 10a 20a, capacidade tomada 127v 1000w e 220v 1900w. Cor branco.	485549	Unidade	1	R\$ 78,50	R\$ 78,50
04	FILTRO DE LINHA – características mínimas: contenha seis tomadas de 3 (três) pinos no novo padrão ABNT NBR 14136, chave on/off, corrente máxima do conjunto: 10a, tensão de entrada e saída: 110/220v (bivolt), cabo: 2p t plug, comprimento mínimo do cabo: 2 m, indicador luminoso de funcionamento, frequência de entrada: 50/60hz, fusível 10.a para proteção contra picos de energia, gabinete anti-chamas, cor preta. Cabo certificado pelo INMETRO.	628053	Unidade	5	R\$ 74,66	R\$ 373,30

05	<b>FILTRO PARA BEBEDOURO INDUSTRIAL ORIGINAL</b> – refil 300 litros/h, compatível com bebedouros industriais da marca BELFRIO. Fabricado em material atóxico, de fácil instalação e substituição, adequado para uso contínuo em ambientes coletivos. Marca proposta: IGUATU 888, ou equivalente em qualidade e desempenho.	624435	Unidade	10	R\$ 251,33	R\$ 2.513,30
06	<b>LÂMPADA LED – a60, potência: 15w</b> , bivolt, tipo de soquete: e27; cor da luz: branca; frequência: 50/60hz; fluxo luminoso: mín. 800 lm; temperatura da cor: 6500k.	469642	Unidade	75	R\$ 7,34	R\$ 550,50
07	<b>LÂMPADA LED – a60, potência: 50w</b> , bivolt, tipo de soquete: e27; cor da luz: branca; frequência: 50/60hz; fluxo luminoso: mín. 800 lm; temperatura da cor: 6500k.	392143	Unidade	25	R\$ 46,09	R\$ 1.152,25
08	<b>LIXEIRA</b> – plástica quadrada, capacidade 100 litros, com tampa vai-vem, cor azul, mecanismo de abertura: tampa giratória (basculante) acompanha 4 (quatro) guinchos plásticos para fixação do saco de lixo, Material: Polipropileno.	622324	Unidade	5	R\$ 134,02	R\$ 670,10
09	<b>PILHA ALCALINA AA</b> – na voltagem de 1,5v, no tamanho pequeno (aa), com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses, conforme resolução do conama 401 04/11/2008, norma ABNT e 11175/90. Pacote com 02 unidades.	419859	Pacote	5	R\$ 6,80	R\$ 34,00
10	<b>PILHA PALITO ALCALINA AAA</b> – na voltagem de 1,5v, no tamanho palito (aaa), com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses, conforme resolução do conama 401 04/11/2008, norma ABNT e 11175/90. Pacote com 02 unidades.	319796	Pacote	25	R\$ 9,95	R\$ 248,75
11	<b>REFIL FILTRO PARA BEBEDOUROS INDUSTRIAIS FILTRAGEM</b> – composição básica: polipropileno (atóxico), vazão nominal: 300 litros/hora, vazão máxima recomendada: 300 litros/hora, pressão de operação máx.: 600 kpa mín.: 29 kpa, diâmetro 114 mm, altura 286 mm, peso 0,944 kg, modelos equivalentes linha 230, wp230, ap230, desempenho: retenção de partículas: classe c (= 5 a 15 m), redução de cloro livre: = 75%, eficiência bacteriológica: não se aplica, vida útil: 6000 litros ou seis meses que poderão variar de acordo com a qualidade da água e a frequência de uso, compatível com bebedouros industriais da marca BELFRIO. Marca proposta: IGUATU 888, ou equivalente em qualidade e desempenho.	622901	Unidade	24	R\$ 155,00	R\$ 3.720,00
12	<b>SACO DE LIXO</b> – reforçado, capacidade 100 litros / 20 kg, cor preta, pacote com 50 unidades, dimensões: 75 x 90 x 0,06.	394463	Pacote	3	R\$ 67,36	R\$ 202,08
<b>TOTAL PREVIDÊNCIA (LOTE 3)</b>		-	-	-	-	<b>R\$ 9.789,41</b>

<b>LOTE 4 - MATERIAL PERMANENTE</b>						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QTD.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO
01	QUADRO BRANCO – com superfície branca melamínica com moldura de alumínio, acompanha itens (bucha e parafuso) para fixação, suporte para apagador, dimensões: 120x90cm.	349452	Unidade	5	R\$ 271,03	R\$ 1.355,15
02	QUADRO DE AVISOS MURAL – em feltro azul, fundo em MDF e com moldura em alumínio brilho, medida: 90 X 120.	613769	Unidade	3	R\$ 359,76	R\$ 1.079,28
<b>TOTAL PREVIDÊNCIA (LOTE 4)</b>		-	-	-	-	<b>R\$ 2.434,43</b>

## 11.3. QUANTIDADE POR FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE

QUANTIDADE POR FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE						
LOTE 1 - MATERIAL DE EXPEDIENTE						
ITE M	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QTD.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO
1	<b>ALFINETES COLORIDOS</b> – para quadro mural feltro, material: PS, aço-carbono, tipo cabeça redonda 8cm, cores sortidas. Contendo 50 unidades.	316632	Pacote	2	R\$ 7,99	R\$ 15,98
2	<b>APAGADOR QUADRO BRANCO</b> – material plástico, com almofada de feltro de 2 mm de espessura, dimensões do produto: Tamanho 14,2 x 5 x 2,7 mm. Possui base magnética para fixação.	411136	Unidade	5	R\$ 10,80	R\$ 54,00
3	<b>CAIXA CORRESPONDÊNCIA ORGANIZADOR</b> – tripla móvel, material acrílico, cor fumê ou cristal, dimensões do produto 18.4cm x 26.66cm x 51.5cm, tamanho dos compartimentos A4.	336463	Pacote	5	R\$ 90,30	R\$ 451,50
5	<b>COLA BRANCA</b> – em frasco plástico de 90 gramas, com bico economizador, líquida, viscosa, constituída de resina sintética em emulsão aquosa, com boa adesividade, lavável, atóxica, secagem rápida, homogênea, não podendo manchar a região onde é aplicada, para uso em papel, cerâmica, tecido, artesanato e etc.	335527	Unidade	2	R\$ 6,97	R\$ 13,94
6	<b>COLCHETE</b> – para encadernação nº 15, latonado, haste dupla e flexível, caixa com 72 unidades.	309213	Caixa	25	R\$ 15,97	R\$ 399,25
7	<b>COPO DESCARTÁVEL</b> – material oxibiodegradável, capacidade de 200ml, atóxico e biodegradável. Caixa com 25 pacotes de 100 unidades.	435019	Caixa	50	R\$ 145,00	R\$ 7.250,00
8	<b>COPO DESCARTÁVEL (CAFÉ)</b> – material oxibiodegradável, capacidade de 80ml, atóxico e biodegradável. Caixa com 50 pacotes de 100 unidades.	312075	Caixa	10	R\$ 129,89	R\$ 1.298,90
9	<b>EXTRATOR DE GRAMPO</b> – aço galvanizado, espátula, 150 mm, 15 mm.	429829	Unidade	5	R\$ 4,82	R\$ 24,10
10	<b>FITA ADESIVA</b> – transparente, material de polipropileno, 45 mm x 30 m	356367	Unidade	15	R\$ 6,17	R\$ 92,55
11	<b>GRAMPEADOR DE MESA UNIVERSAL</b> – Corpo em plástico resistente e barra 100% em metal, Tamanho: (LxAxC) 40 mm x 68 mm x 138 mm, grampeia até 25 folhas, capacidade de trilho: 100 grampos 24/6 – 140 grampos 26/6.	405907	Unidade	10	R\$ 44,26	R\$ 442,60
12	<b>GRAMPO PARA GRAMPEADOR</b> – galvanizado, 26/6, cobreado, 13x6mm, caixa com 5000 grampos.	425226	Caixa	7	R\$ 8,79	R\$ 61,53
16	<b>ORGANIZADOR DE DOCUMENTOS</b> – material acrílico, vertical, cor fumê ou cristal, 3 compartimentos escalonados, dimensões do produto 11,5P x 23,3L x 33,5A centímetros, tipo de prateleira, tamanho dos compartimentos A4.	610145	Unidade	2	R\$ 75,96	R\$ 151,92

17	<b>PAPEL A4 SULFITE</b> – caixa com 10 unidades (resmas), 500 folhas cada, 75 g/m², branco, 210mmx297mm.	481277	Caixa	50	R\$ 344,36	R\$ 17.218,00
18	<b>PASTA ABA ELÁSTICO OFÍCIO</b> – em polipropileno, 0,35 mm, transparente	316318	Unidade	15	R\$ 4,00	R\$ 60,00
19	<b>PASTA PLÁSTICA</b> – com grampo e trilho, polipropileno, formato ofício 240 mm x 330 mm, cor cristal, pacote com 10 unidades.	421256	Pacote	5	R\$ 40,55	R\$ 202,75
20	<b>RÉGUA</b> – em acrílico cristal de 3 mm, 30 cm, borda chanfrada.	394469	Unidade	5	R\$ 3,27	R\$ 16,35
21	<b>BOBINA DE PAPEL</b> – para Impressora Térmica, tamanho 80Mm X 40M, compatível com a Impressora Epson TMT20X, modelo M352a, catmat: 461601.	461601	Unidade	96	R\$ 7,70	R\$ 739,20
<b>TOTAL ASSISTÊNCIA (LOTE 1)</b>						<b>R\$ 28.492,57</b>
<b>LOTE 2 - SANEAMENTO ANTISSEPTICO</b>						
<b>ITE M</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>CATMAT</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QTD.</b>	<b>VALOR UNITÁRIO ESTIMADO</b>	<b>VALOR UNITÁRIO ESTIMADO</b>
01	<b>ÁLCOOL ETÍLICO LÍQUIDO 46,2% INPM (equivalente a 54°GL)</b> – Produto com ação antisséptica, contendo álcool etílico hidratado desnaturado, com teor alcoólico de até 54°GL à 20°C, correspondente a aproximadamente 46,2% INPM, conforme limites estabelecidos na RDC nº 691/2022 da ANVISA. Apresentado na forma líquida, em frasco de 1.000 ml, com tampa de segurança e lacre de inviolabilidade. O produto deverá estar devidamente registrado na ANVISA e conforme as Portarias Inmetro nº 269 e nº 270, de 05 de agosto de 2008, atendendo aos requisitos de rotulagem, acondicionamento e segurança, inclusive quanto à adição de desnaturante para impedir o uso indevido. O prazo de validade mínimo deverá ser de 12 (doze) meses a contar da data da entrega. Embalagem secundária: caixa contendo 12 unidades.	445457	Caixa	5	R\$ 114,48	R\$ 572,40
<b>TOTAL ASSISTÊNCIA (LOTE 2)</b>		-	-	-	-	<b>R\$ 572,40</b>
<b>LOTE 3 - MATERIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO</b>						
<b>ITE M</b>	<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>CATMAT</b>	<b>UNIDADE</b>	<b>QTD.</b>	<b>VALOR UNITÁRIO ESTIMADO</b>	<b>VALOR UNITÁRIO ESTIMADO</b>
01	<b>CESTO PARA LIXO</b> – telado em material plástico liso, resistente, formato cilíndrico, com capacidade para 10 litros.	289422	Unidade	10	R\$ 8,28	R\$ 82,80
02	<b>DISPENSER PARA COPOS DESCARTÁVEIS</b> – em acrílico de alta resistência, 180ml e 200ml. Quantidade máxima de copos suportada: 150, Altura: 47 cm, Diâmetro: 7 cm, Peso: 200 g, Materiais: Buchas e parafusos.	294608	Unidade	2	R\$ 54,61	R\$ 109,22
03	<b>EXTENSÃO FIO PARALELO</b> – 10 metros, 4 tomadas 2x2.5mm (reforçada 20a) em filamentos, plug macho reforçado 2 polos 10a, fêmea reforçada 10a 20a, capacidade tomada 127v 1000w e 220v 1900w. Cor branco.	485549	Unidade	1	R\$ 78,50	R\$ 78,50

04	<b>FILTRO DE LINHA</b> – características mínimas: contenha seis tomadas de 3 (três) pinos no novo padrão ABNT NBR 14136, chave on/off, corrente máxima do conjunto: 10a, tensão de entrada e saída: 110/220v (bivolt), cabo: 2p t plug, comprimento mínimo do cabo: 2 m, indicador luminoso de funcionamento, frequência de entrada: 50/60hz, fusível 10.a para proteção contra picos de energia, gabinete anti-chamas, cor preta. Cabo certificado pelo INMETRO.	628053	Unidade	5	R\$ 74,66	R\$ 373,30
05	<b>FILTRO PARA BEBEDOURO INDUSTRIAL ORIGINAL</b> – refil 300 litros/h, compatível com bebedouros industriais da marca BELFRIO. Fabricado em material atóxico, de fácil instalação e substituição, adequado para uso contínuo em ambientes coletivos. Marca proposta: IGUATU 888, ou equivalente em qualidade e desempenho.	624435	Unidade	10	R\$ 251,33	R\$ 2.513,30
06	<b>LÂMPADA LED – a60, potência: 15w</b> , bivolt, tipo de soquete: e27; cor da luz: branca; frequência: 50/60hz; fluxo luminoso: mín. 800 lm; temperatura da cor: 6500k.	469642	Unidade	75	R\$ 7,34	R\$ 550,50
07	<b>LÂMPADA LED – a60, potência: 50w</b> , bivolt, tipo de soquete: e27; cor da luz: branca; frequência: 50/60hz; fluxo luminoso: mín. 800 lm; temperatura da cor: 6500k.	392143	Unidade	25	R\$ 46,09	R\$ 1.152,25
08	<b>LIXEIRA</b> – plástica quadrada, capacidade 100 litros, com tampa vai-vem, cor azul, mecanismo de abertura: tampa giratória (basculante) acompanha 4 (quatro) guinchos plásticos para fixação do saco de lixo, Material: Polipropileno.	622324	Unidade	5	R\$ 134,02	R\$ 670,10
09	<b>PILHA ALCALINA AA</b> – na voltagem de 1,5v, no tamanho pequeno (aa), com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses, conforme resolução do conama 401 04/11/2008, norma ABNT e 11175/90. Pacote com 02 unidades.	419859	Pacote	5	R\$ 6,80	R\$ 34,00
10	<b>PILHA PALITO ALCALINA AAA</b> – na voltagem de 1,5v, no tamanho palito (aaa), com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses, conforme resolução do conama 401 04/11/2008, norma ABNT e 11175/90. Pacote com 02 unidades.	319796	Pacote	25	R\$ 9,95	R\$ 248,75
11	<b>REFIL FILTRO PARA BEBEDOUROS INDUSTRIAIS FILTRAGEM</b> – composição básica: polipropileno (atóxico), vazão nominal: 300 litros/hora, vazão máxima recomendada: 300 litros/hora, pressão de operação máx.: 600 kpa mín.: 29 kpa, diâmetro 114 mm, altura 286 mm, peso 0,944 kg, modelos equivalentes linha 230, wp230, ap230, desempenho: retenção de partículas: classe c (= 5 a 15 m), redução de cloro livre: = 75%, eficiência bacteriológica: não se aplica, vida útil: 6000 litros ou seis meses que poderão variar de acordo com a qualidade da água e a frequência de uso, compatível com bebedouros industriais da marca BELFRIO. Marca proposta: IGUATU 888, ou equivalente em qualidade e desempenho.	622901	Unidade	24	R\$ 155,00	R\$ 3.720,00
12	<b>SACO DE LIXO</b> – reforçado, capacidade 100 litros / 20 kg, cor preta, pacote com 50 unidades, dimensões: 75 x 90 x 0,06.	394463	Pacote	2	R\$ 67,36	R\$ 134,72
<b>TOTAL ASSISTÊNCIA (LOTE 3)</b>		-	-	-	-	<b>R\$ 9.667,44</b>

LOTE 4 - MATERIAL PERMANENTE						
ITE M	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	QTD.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO

01	<b>QUADRO BRANCO</b> – com superfície branca melamínica com moldura de alumínio, acompanha itens (bucha e parafuso) para fixação, suporte para apagador, dimensões: 120x90cm.	349452	Unidade	5	R\$ 271,03	R\$ 1.355,15
02	<b>QUADRO DE AVISOS MURAL</b> – em feltro azul, fundo em MDF e com moldura em alumínio brilho, medida: 90 X 120.	613769	Unidade	2	R\$ 359,76	R\$ 719,52
<b>TOTAL ASSISTÊNCIA (LOTE 4)</b>		-	-	-	-	<b>R\$ 2.074,67</b>

11.4. Consolidação de valores por fundo:

<b>Fundo</b>	<b>Lote 1</b>	<b>Lote 2</b>	<b>Lote 3</b>	<b>Lote 4</b>	<b>Total do Fundo</b>
<b>Previdência</b>	R\$ 28.191,72	R\$ 572,40	R\$ 9.789,41	R\$ 2.434,43	<b>R\$ 40.987,96</b>
<b>Assistência</b>	R\$ 28.492,57	R\$ 572,40	R\$ 9.667,44	R\$ 2.074,67	<b>R\$ 40.807,08</b>

11.5. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

#### I. FUNDO DA PREVIDÊNCIA

Taxa da Administração – 07.11.09.122.0007.2001 (Administração da Unidade).

- Elemento de Despesa – 3.3.90.30 (Material de Consumo).
- Elemento de Despesa – 4.4.90.52 (Material permanente).
- Elemento de Despesa – 3.3.90.30 - (Material de Consumo).

#### II. UNIDADE DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE

07.12.101220007.2001 Administração da Unidade

- Elemento de Despesa – 3.3.90.30 (Material de Consumo).

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Porto Velho, 15 de maio de 2026.

Elaborado por **Geovana Gabriela Fragoso Silva** - Gestora de Atos e Normas Licitatórias - Interina, conforme designação pela Portaria Nº 118/2026/IPAM-DRFP;

Analisado por **Felipe Nascimento Conceição Couto** - Assistente de Atos e Normas Licitatórias - Interino, conforme designação pela Portaria Nº 118/2026/IPAM-DRFP;

Analisado por **Pedro Caique de Carvalho Almeida** - Diretor de Atos e Procedimentos Licitatórios, conforme designação pela Portaria Nº 118/2026/IPAM-DRFP;

**AUTORIZAÇÃO DA DESPESA:** AUTORIZO O PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO na forma legal, conforme delegação de competência pelo Decreto nº 48/I, de 1 de janeiro de 2025.

**Claudinéia Araújo de Oliveira Bortolete**

Diretora-Presidente



**ANEXO I****Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

**(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)**

**1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. O adjudicatário terá o prazo de **3 (três) dias úteis**, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Ordem de Fornecimento), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
  - 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021 e as cláusulas deste Anexo;
  - 1.3.2 o Contratado se vincula, para todos os fins, à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, bem como às manifestações técnicas e jurídicas que instruem o processo administrativo, nos termos dos arts. 18 e 92 da Lei nº 14.133/2021, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

**2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação será de até **90 (noventa) dias corridos**, contados a partir da data de retirada ou aceite da Nota de Empenho/Ordem de Fornecimento, conforme estabelecido no Termo de Referência, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 2.2. Tendo em vista que se trata de aquisição com entrega única, não haverá prorrogação contratual, salvo em situações excepcionais e devidamente justificadas pela Administração, nos termos da legislação aplicável.

**3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

- 3.1. São obrigações do Contratante:
  - 3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
  - 3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
  - 3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
  - 3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
  - 3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
  - 3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
  - 3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do IPAM para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
  - 3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.2 Comunicar ao Contratante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas do término do prazo de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.6 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
  - 4.1.6.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 4.1.6.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 4.1.6.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
  - 4.1.6.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - 4.1.6.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.8 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.9 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.10 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.11 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.12 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

#### 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a Administração poderá admitir a entrega com atraso, mediante aplicação das sanções cabíveis, ou optar pela rescisão contratual.
- 5.3. Quando a não conclusão da entrega do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.6. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## 6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas legais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

## 7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o **Foro da Comarca de Porto Velho/RO** para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## ANEXO II

## TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... ( **Contratado**) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no **Edital, no Termo de Referência** e nos demais anexos a que se refere o **Pregão nº XXXXX/2026** bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

\_\_\_\_\_  
(Nome e Cargo do Representante Legal)



Documento assinado eletronicamente por **Claudineia Araújo de Oliveira Bortolete, Presidente**, em 19/05/2026, às 11:54, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Caique de Carvalho Almeida, Diretor(a)**, em 19/05/2026, às 12:05, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Geovana Gabriela Fragoso Silva, Gestor(a)**, em 19/05/2026, às 12:18, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Felipe Nascimento Conceição Couto, Assistente**, em 20/05/2026, às 12:45, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0942951** e o código CRC **859D367F**.

